



SOBRAS LÍQUIDAS DE 2012 DARÃO AOS ASSOCIADOS RETORNO DE 25%, EM MÉDIA, DOS JUROS PAGOS

Reunidos em Assembleia Geral Ordinária, os associados da COOPSEF aprovaram por unanimidade as contas do exercício 2012 e decidiram pela distribuição das Sobras líquidas. O resultado alcançou o valor bruto de R\$7,97 milhões e as Sobras líquidas fecharam em R\$4,61 milhões, que serão distribuídos proporcionalmente às operações realizadas pelos associados com a Cooperativa. Aqueles que contraíram empréstimos terão um retorno, em média, de 25% dos juros pagos. Quem usou o Cheque Especial, 30%, em média. Aqueles que quiserem receber o valor das Sobras em espécie terão que requerer em formulário próprio até o dia 30 de abril. Ainda durante a AGO, foram eleitos os novos membros do Conselho Fiscal e aprovada a adoção da marca Sicoob pela COOPSEF.

Leia mais nas páginas 3 a 8

12

ATUALIZAÇÃO CADASTRAL É FUNDAMENTAL PARA QUE ASSOCIADO POSSA RECEBER SOBRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES DA COOPSEF

Associado concentra suas operações na COOPSEF e se beneficia com o retorno de Sobras líquidas

Ao iniciar esta mensagem, os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e os funcionários da COOPSEF querem externar um sentimento: trabalhamos sério e valeram os esforços para encerrar 2012 com resultados tão expressivos. Estamos conseguindo retribuir aos cooperados, que são os legítimos donos desta Cooperativa, a confiança que eles depositam nesta instituição, concentrando aqui suas operações financeiras e usando seus produtos e serviços. E no final, o resultado mais importante: ganhamos todos nós.

A cada exercício, novos e mais desafios, que crescem em decorréncia de um mercado financeiro cada vez mais competitivo. Como Cooperativa, temos várias de nossas ações limitadas pela própria legislação cooperativista, o que não ocorre com os bancos tradicionais, detentores de mais liberdade de atuação. Mesmo assim, acompanhando atentamente o mercado conseguimos competir bem, oferecendo principalmente aos associados taxas de juros mais adequadas a sua capacidade de endividamento e pagamento.

Encerrando 2012, vimos nossos

esforços serem recompensados. Fechamos o exercício com um resultado excelente, perto de R\$8 milhões em Sobras brutas, e com Sobras líquidas de R\$4,61 milhões. Conforme decidido na Assembleia Geral Ordinária, esses recursos serão distribuídos agora, recebendo mais aqueles que mais contribuíram para a sua consecução. Ou seja, os tomadores de empréstimos.

Com essa decisão, a Cooperativa cumpre um dos princípios do cooperativismo estabelecidos em 1844, em Rochdale, na Inglaterra, em que o retorno deve ser maior para aqueles que mais contribuem, que mais fazem operações com a sua cooperativa. Neste ano, estaremos devolvendo aos associados que pediram empréstimo 25%, em média, dos juros que eles pagaram em 2012. Em nenhuma outra instituição financeira, os clientes, que não são os donos, obtêm este retorno.

E mais. Também estaremos devolvendo em média 30% dos juros que foram pagos pelo uso do Cheque Especial, que, no caso da COOPSEF, há muitos anos está em 2,9% ao mês. Com a restituição de Sobras, esta taxa cai para 2% ao mês. Em qual instituição financeira acontece isso? Só na COOPSEF, que ainda vai devolver 1,5%, em média,

para aqueles que aplicaram recursos na Cooperativa e que já foram bem remunerados ao longo de 2012. O recebimento de Sobras requer cadastro atualizado.

Aproveitamos este momento para agradecer a todos os cooperados e principalmente àqueles que puderam comparecer à AGO de fevereiro e aprovaram, por unanimidade, as contas do exercício de 2012. Não temos dúvidas de que esse procedimento é reflexo da confiança dos cooperados depositada em nós, conselheiros, diretores e funcionários da COOPSEF e por isso nos sentimos orgulhosos e vitoriosos.

Motivados por essa demonstração, mantemos o compromisso de continuar trabalhando firmes e seguros de nossas ações em benefícios de todos os associados, dos quais fazemos parte. E por isso mesmo insistimos: mantenham suas operações financeiras concentradas na COOPSEF. O sucesso da nossa Cooperativa e o retorno que ela pode oferecer aos seus associados dependem da participação e da confiança de cada um. E vamos fazer juntos um 2013 muito melhor.

A Diretoria

Informativo da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda.
Av. Brasil, 1660 • PABX: (31) 3269.5700 • Fax: (31) 3269.5724 • www.coopsef.com.br • coopsef@coopsef.com.br • Ouvidoria - 0800 283 4086

Conselho de Administração: Efetivo - Álvaro César Cunha, Antônio de Ávila e Silva, Célio Marcos Pontes de Albuquerque, Geber Soares de Oliveira, Mauro Ernani Nascimento, Nelson Gomes de Souza, Rita da Penha Ventróim Glória Leal
Suplentes - Celmar Silveira e João Feliciano Nunes

Diretoria Executiva: Antônio de Ávila e Silva (diretor-presidente), Álvaro César Cunha (diretor-administrativo), Célio Marcos Pontes de Albuquerque (diretor-financeiro)

Conselho Fiscal: Efetivo - Geraldo Magela Cotta, Carlos Eugênio Souto Maior Filizola, Adriana Ackls Codo Santos
Suplentes - José Onésio Leite, Humberto Dias Silva, Antônio Donizete Rosa

Superintendente Geral: José Francisco Coelho

Jornalista Responsável: Álvaro César Cunha - MG02183JP

Diagramação, composição e arte: Rosane Mandacaru (31) 8784.9487 • Tiragem: 7.000 exemplares • Circulação: Distribuição Gratuita



Sobras líquidas de 2012 superam expectativas

Por unanimidade, cooperados aprovam em AGO as contas do exercício e comemoram o maior resultado de Sobras líquidas obtido pela COOPSEF

Reunidos em Assembleia Geral Ordinária (AGO) no dia 18 de fevereiro, os associados comemoraram com entusiasmo os resultados alcançados pela COOPSEF em 2012 e aprovaram por unanimidade as contas do exercício. As Sobras brutas superaram as de 2011, fechando em R\$7,91 milhões. As Sobras líquidas, em relação ao ano anterior, foram ainda mais significativas e somaram R\$4,61 milhões. Com esse resultado, os associados que tomaram empréstimos terão em média 25% de retorno dos juros que pagaram no ano passado.

Durante a Assembleia, os associados decidiram que o valor das Sobras líquidas será distribuído de forma proporcional às operações realizadas pelo associado com a Cooperativa. Desta forma, receberão proporcionalmente mais aqueles que tomaram empréstimos e utilizaram o Cheque Especial. O associado que desejar receber em espécie a parte que lhe cabe nas Sobras líquidas têm prazo até o dia 30 de abril para preencher formulário próprio, solicitando o crédito em sua conta corrente. O primeiro lote será creditado no dia 20 de março.

Ao assinarem o Livro de Presença para participarem da AGO, os associados receberam extenso material

contendo cópias do Relatório do Conselho de Administração relativo a 2012, notas explicativas às Demonstrações Contábeis, Edital de Convocação e outros. De posse desse material, os cooperados conheceram previamente o que seria exposto durante a Assembleia para avaliação e aprovação.

Na abertura da AGO, para a qual foram cumpridas todas as disposições legais, com publicação e ampla divulgação do Edital de Convocação, o diretor-presidente Antônio de Ávila e Silva agradeceu a presença dos associados, estando acompanhado na mesa diretora dos trabalhos pelo diretor-financeiro Célio Marcos Pontes de Albuquerque, pelo diretor-administrativo Álvaro César Cunha, pelo representante da Central das Cooperativas (Sicoob/Central Cecemge), Raimundo Sérgio Campos, e pelo coordenador do Conselho Fiscal, Geraldo Magela Cotta.

Um clima de responsabilidade, participação e satisfação tomou conta dos associados durante toda a Assembleia, ficando evidenciado novamente o entusiasmo dos donos da COOPSEF com os resultados de sua Cooperativa, em mais um exercício fiscal.



• Diretor-financeiro detalha os resultados alcançados



• Diretor-administrativo faz a leitura do Edital de Convocação



• No auditório da COOPSEF, associados prestigiam a AGO



AGO começa com eleição do **novo Conselho Fiscal**

Cumprindo o primeiro item do Edital da AGO, foi realizada a eleição do Conselho Fiscal. O coordenador do Processo Eleitoral, Elias Jorge Neto, leu a Ata de Registro de Chapa, confirmando que apenas uma foi registrada para concorrer ao Conselho Fiscal. Por aclamação, conforme previsto em Regulamento, os associados presentes elegeram Geraldo Magela Cotta, efetivo; Múcio Batista de Souza, efetivo; Oscar Dias da Silva, efetivo; e como suplentes Humberto Dias da Silva, Jussara Pires da Silva e José Luiz Martins de Oliveira. Os nomes serão submetidos à homologação do Banco

Central do Brasil e só então poderão ser empossados.

Leitura dos Pareceres

Em seguida à eleição, o conselheiro fiscal, Geraldo Magela Cotta, leu o Parecer do Conselho Fiscal e também o Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis, elaborado pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC), ambos atestando a adequada situação patrimonial e financeira da COOPSEF, em 31 de dezembro de 2012.

“As cooperativas são uma alternativa segura e eficiente para promover o acesso ao crédito de forma efetiva, dinâmica e com menor burocracia, gerando desenvolvimento para o país através do aumento de emprego, renda e produção de alimentos”.

Renato Nobile, presidente OCB

Contas de 2012 são apresentadas e aprovadas

Diretor-financeiro expôs os números alcançados pela Cooperativa, mostrando a evolução positiva de cada conta

Dando prosseguimento à AGO, passou-se para a Demonstração de Resultados e as demais contas do exercício de 2012. A exposição dos números foi feita pelo diretor-financeiro Célio Marcos Pontes de Albuquerque, que explicou em detalhes cada um dos itens apresentados em quadros e gráficos para melhor e mais fácil entendimento dos associados.

Célio Albuquerque destacou que a Cooperativa continua enfrentando severa concorrência dos bancos oficiais e privados, mas mesmo assim tem conseguido competir, comprando dívidas de outros bancos, oferecendo a taxa de juro mais adequada em seus empréstimos e a melhor remuneração para as aplicações de seus associados. As vantagens oferecidas pela Cooperativa têm sido reconhecidas pelos associados, que elevaram suas operações com a COOPSEF. O resultado final reverte sempre para os próprios associados, como comprova agora a distribuição das Sobras do exercício, enfatizou o diretor-financeiro.

Ele mostrou, com gráficos, o crescimento das Disponibilidades e Aplicações, o aumento no montante dos Empréstimos, nos Depósitos a Prazo, no Capital Social e na Reserva de Lucros. A situação financeira da Cooperativa está refletida nessas demonstrações e comprova que sua sustentação e avanço dependem da participação cada vez mais intensa dos associados, destacou Célio Albuquerque.

Após a apresentação, os diretores e o conselheiro

fiscal deixaram a Mesa Diretora, e o cooperado Antônio Avelino, secretariado por Ronilda Lima, colocou as contas da COOPSEF para votação dos associados, sendo aprovadas por unanimidade dos presentes à AGO.

Números quantificam os resultados

Para melhor entendimento dos associados, seguem informações mais detalhadas sobre os resultados da COOPSEF em 2012. Mesmo com a intensificação da concorrência de outros bancos e instituições financeiras, os números obtidos pela Cooperativa são muito relevantes. E o grande beneficiado de tudo é o associado.

Das Sobras brutas apuradas em 2012, no valor de R\$7.971.121,43 (sete milhões, novecentos e setenta e um mil, cento e vinte e um reais, e quarenta e três centavos) foram deduzidos R\$2.222.471,91 (dois milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e um reais e noventa e um centavos). Esse valor refere-se a juros ao Capital, creditados a todos os associados em 31 de dezembro de 2012, conforme determina a legislação vigente.

Do valor líquido de R\$5.748.649,52 (cinco milhões, setecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) foram deduzidos R\$320.726,10 (trezentos e vinte mil, setecentos e vinte e seis reais e dez centavos), decorrentes de Atos não Cooperativos, que são recursos provenientes do aluguel do primeiro e do segundo andares da sede da COOPSEF e, de acordo com a legislação, devem ser creditados diretamente ao FATES. Feito isso, foram destinados 10% (dez por cento) para o Fundo de Reserva Legal, no valor de R\$542.792,34 (quinhentos e quarenta e dois mil, setecentos e noventa e dois reais e trinta e quatro centavos); e 5% (cinco por cento) para o FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social), no valor de R\$271.396,17 (duzentos e setenta e um mil e trezentos e noventa e seis reais e dezessete centavos).



• Diretor-financeiro expõe sobre os resultados alcançados...



...e associados ouvem atentos as informações sobre o exercício 2012.



• Diretor-presidente informa sobre proposta do Conselho para distribuição das Sobras

Recebe mais quem mais pediu empréstimo

Associado que usou Cheque Especial ou aplicou também receberá retorno por suas operações

Após a dedução de todos esses valores em cumprimento de dispositivos legais, as Sobras líquidas somaram R\$4.613.734,91 (quatro milhões, seiscentos e treze mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e um centavos). Esse valor foi colocado em votação pelo diretor-presidente, e os associados presentes à AGO, acatando sugestão do Conselho de Administração, decidiram, por unanimidade, que essas Sobras líquidas serão distribuídas proporcionalmente às operações realizadas pelos associados com a COOPSEF.

Com essa decisão, a maior parte desse valor será creditada aos associados que tomaram empréstimos e são, na verdade, os que mais contribuíram para o alcance desse resultado. Para esses que pegaram dinheiro emprestado, a COOPSEF estará devolvendo,

em média, 25% dos juros que pagaram à Cooperativa.

Os associados que usaram seu Cheque Especial estarão sendo ainda mais bem aquinhoados. A Cooperativa vai devolver, em média, 30% dos juros que pagaram ao longo do ano. Ou seja, a taxa de 2,9%, que já é baixa, cai para próximo de 2% ao mês, enquanto os bancos comerciais cobram, em média, 7,5%.

Já os que aplicaram recursos na COOPSEF, além de terem garantido ao longo do ano uma boa remuneração aos valores investidos, ainda terão um retorno médio de 1,5%.

Juros ao Capital

Após a aprovação da distribuição das Sobras, o diretor-presidente fez questão de lembrar que todos os associados tiveram seu Capital remunerado em 31 de dezembro, conforme disposto na Lei Complementar 130/09. Os juros creditados direto ao Capital somaram R\$2,22 milhões, representando uma correção com referência à variação da média da Selic em 2012. Ao contrário do crédito relativo às Sobras líquidas, a correção direta ao Capital não pode ser sacada pelos associados.

Você sabia que um dos grandes benefícios de uma pessoa ao se associar a uma cooperativa é ser dono e cliente ao mesmo tempo?

Formulário próprio para requerer as Sobras

Prazo vai até 30 de abril e recebimento do crédito depende de alguns requisitos, dentre eles o cadastro atualizado

Ainda com relação às Sobras líquidas, o valor a ser distribuído poderá permanecer no Capital ou ser recebido em espécie pelos cooperados. O procedimento será o mesmo de anos anteriores. Para receber, o interessado deverá se manifestar por escrito até o dia 30 de abril de 2012, utilizando-se de formulário próprio, encontrado no site www.coopsef.com.br, na sede e nas representações regionais da Cooperativa, a partir do dia 1º de março. O crédito será feito em conta corrente do associado, em lotes semanais, até o dia 31 de maio deste ano.

Os associados não devem perder o prazo estabelecido para fazer o requerimento, por escrito, para receber suas Sobras. A data limite, portanto, é 30 de abril. Os associados devem ler com atenção as exigências descritas no formulário, principalmente sobre as que dizem respeito à atualização cadastral. Só com cadastro atualizado será possível receber as Sobras. Os recursos não requeridos ficam creditados ao Capital do associado.

Sem direito a Sobras

A Assembleia decidiu também, acompanhando proposta do Conselho de Administração, que os associados que não estiverem cumprindo suas obrigações com a COOPSEF não farão jus ao recebimento das Sobras, uma

vez que não contribuíram para a sua formação. Foi delegado ainda ao Conselho competência para dirimir os eventuais questionamentos.

Delegação para gerir o FATES

Ainda durante a AGO, no tocante ao item D, os associados aprovaram, por unanimidade, delegação para que o Conselho de Administração faça a aplicação dos recursos do FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social), direcionando-os para o desenvolvimento da COOPSEF, de seus associados e funcionários, conforme previsto na Lei, no Estatuto e no Regimento Interno da nossa Cooperativa.

No que diz respeito ao item E do Edital, os associados foram informados pelo diretor-presidente que o Banco Central do Brasil determinou a extinção do Fundo de Compensação Rotativo (FCR) e do Fundo de Integração Social (FIS). A proposta do Conselho de Administração é que os recursos de cada um sejam direcionados para o FATES e para a conta Credores Diversos, sendo sua utilização canalizada para assuntos de interesses dos associados, como cobertura do Seguro Prestamista. Por unanimidade, os associados presentes aprovaram a extinção dos dois fundos e o redirecionamento dos recursos.



• Diretor-presidente informa sobre valor das Sobras líquidas



• COOPSEF terá nova marca para se integrar ao Sicoob

Os associados reunidos na AGO aprovaram ainda a utilização da marca Sicoob pela COOPSEF. O diretor-presidente Antônio de Ávila explicou que essa decisão era necessária e importante para que a nossa Cooperativa possa se integrar definitivamente ao Sistema Sicoob. Hoje, segundo ele, a maioria das cooperativas mineiras já adota essa marca.

O diretor-presidente informou que já foi assinado com o Sicoob Confederação o Instrumento Particular para Licença de Uso da Marca. Considera-se “Marca Sicoob” o sinal visivelmente perceptível, distintivo das demais marcas do cooperativismo, de propriedade do

Aprovada a adoção da marca Sicoob



Sicoob Confederação, que assinala as cooperativas integrantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob.

Com a mudança, a logomarca da COOPSEF deixa de existir, mas o nome fantasia será mantido, facilitando a identificação da nossa Cooperativa como integrante do Sistema Sicoob. Desta forma, ao visualizar a marca Sicoob em qualquer lugar, o associado saberá que pode realizar ali uma operação com a sua COOPSEF.

Cumprindo posicionamento do Conselho de Administração, deverá ser adotada a marca “proporcional”, isto é, aquela em que a denominação COOPSEF será escrita na mesma linha que a marca Sicoob. Para finalizar o processo, será convocada uma Assembleia Geral Extraordinária, adiantou o diretor-presidente.

Pensionistas do IPSEMG estão na COOPSEF

Associadas da Cooperativa, elas já estão descobrindo onde se paga a menor taxa de juro do mercado

Muitas pensionistas do Ipsemg têm procurado saber quais são as vantagens de ser uma associada da COOPSEF e além de se decidirem por ser uma cooperada já estão entrando com pedidos de empréstimo, reconhecendo que na Cooperativa a taxa de juro é a menor do mercado. Também ganham por ter conta corrente, Cheque Especial e outros serviços bancários sem tarifas.

Todo o processo de associação e solicitação de empréstimo é simples e desburocratizado. Sendo uma instituição financeira, a Cooperativa segue normas do Banco Central e desta forma irá analisar caso a caso os pedidos de empréstimos, para que possa fazer uma análise adequada, antes de liberar o crédito

para o interessado. Em se tratando de empréstimo consignado, a aprovação é mais rápida, a taxa de juro é ainda menor, mas também depende de análise de crédito.

Na COOPSEF, o associado não paga pela manutenção da conta corrente, tem cartão de débito para facilitar suas operações financeiras, acesso ao sistema de Autoatendimento e talão de cheques gratuitos.

Nunca é demais repetir que os associados concentram suas operações na Cooperativa, a COOPSEF devolve parte dos juros pagos na restituição das Sobras apuradas e aprovadas em Assembleia, o que não acontece em nenhum banco ou instituição financeira tradicional.

Cheque Especial: prático e com juro baixo

Com a devolução de Sobras, a taxa cobrada se torna ainda menor

O Cheque Especial da COOPSEF tem a menor taxa de juro do mercado. Apenas 2,9% ao mês e com retorno de parte do que foi pago no encerramento de cada exercício e aprovação das Sobras. Em 2013, por decisão dos associados na Assembleia Geral de fevereiro, os que usaram o Cheque Especial receberão, em média, 30% dos juros que pagaram no exercício de 2012, a título de devolução de Sobras.

O Cheque Especial é um recurso extra que ajuda o cooperado a resolver alguma dificuldade financeira, de forma prática e rápida, sem a necessidade de recorrer a um empréstimo. Tem a vantagem ainda de ser uma dívida que pode ser liquidada no curto prazo, com juro proporcional.

Motivados por essas facilidades, muitos cooperados têm usado regularmente o Cheque Especial, reconhecendo principalmente o benefício da diferença entre a taxa de juro da COOPSEF e as cobradas por outros bancos e instituições financeiras. Recente pesquisa mostrou que a média de juros do cheque especial

cobrada por bancos oficiais e privados é superior a 7,5% ao mês.

Todo associado pode solicitar Cheque Especial na COOPSEF. A liberação depende da abertura de conta corrente e da análise de crédito do associado, conforme norma do Banco Central. Com conta corrente aberta e análise de crédito aprovados, a Cooperativa pode conceder um Cheque Especial de até R\$20.000,00, valor este autorizado pelo Conselho de Administração.

Renovação da Cédula de Crédito

Outro detalhe importante: na concessão do Cheque Especial é assinado um contrato de Cédula de Crédito Bancário (CCB), instrumento garantidor da operação entre as partes envolvidas. Aqueles associados que assinaram contrato há mais de três anos, devem procurar a sede da COOPSEF ou as representações regionais para renovar a CCB.

Portanto, você, que tem Cheque Especial há mais de três anos, dirija-se à COOPSEF, renove sua Cédula de Crédito Bancário, ajude sua Cooperativa a cumprir com mais essa exigência legal e continue contando com essa disponibilidade financeira, prática e mais barata.



Se um banco ou uma instituição financeira cria dificuldades para você quitar seus débitos e transferir sua dívida para a COOPSEF, reclame. Ligue para o Banco Central no telefone 0800 979 2345. Quando a instituição financeira não excluir a consignação ou se negar a fornecer boleto para pagamento, faça sua reclamação também à Seplag, órgão encarregado de efetuar os descontos consignados. Use os telefones 3915.0478 ou 3915.0479, do Setor de Consignação. Você tem direito de pagar juro menor na sua Cooperativa.



COOPSEF continua comprando dívidas

Associado que tem dívida em outros bancos e instituições financeiras paga juro menor se concentrar na Cooperativa

A COOPSEF continua facilitando a vida financeira de seus associados e tem comprado dívidas existentes em outros bancos e instituições financeiras. Além de oferecer uma taxa de juro mais adequada, ainda devolve no final do exercício parte do juro que foi pago, na forma de distribuição de Sobras, como aconteceu nos últimos anos, após aprovação em Assembleia.

Este retorno de parte do juro só acontece na COOPSEF, onde o associado é o dono. Vale perguntar: algum tomador de empréstimo já recebeu de algum outro banco ou instituição financeira parte do juro que pagou ao longo do ano? Certamente não, e além dos juros, ainda teve que arcar com tarifas que estão embutidas nas prestações.

Fica cada vez mais comprovado: associado que concentra sua dívida na COOPSEF paga juro menor,

administra melhor o que deve e ainda recebe de volta parte do que pagou de juro.

A compra pela Cooperativa de débitos de seus associados existentes em bancos e instituições financeiras é feita de forma orientada, rápida e desburocratizada. A concentração da dívida na COOPSEF gera vantagens, entre elas o controle mais fácil daquilo que é devido e pago com uma taxa de juro menor do que a cobrada em outros bancos.

Aqueles que ainda não estão conseguiram concentrar sua dívida na COOPSEF e estão tendo dificuldades para quitar seus débitos em bancos e instituições financeiras, ligue imediatamente para 0800 979 2345 ou para 3915.0478 e formalize sua reclamação à Seplag. Ninguém está obrigado a pagar juros elevados. Faça valer seu direito.



Na Cidade Administrativa tem representante da COOPSEF

Os associados da COOPSEF que trabalham na Cidade Administrativa e que precisam de alguma informação ou serviço da Cooperativa podem procurar Ivair Ferreira Lima. Ele é o representante da COOPSEF na Cidade Administrativa e trabalha no Edifício Gerais, 12º andar,

na ARSAE/Gerência de Fiscalização.

O associado pode ainda telefonar para 3915.8086, ou para o celular 9654.1199. Com um representante na Cidade Administrativa, a COOPSEF espera prestar um atendimento mais adequado e rápido.

É fácil antecipar o 13º salário de 2013

Para quem precisa manter seus compromissos em dia, liquidando possíveis despesas, a Coopsef oferece uma boa opção

A facilidade e a pequena taxa de juro são motivos para os associados optarem pela antecipação do 13º salário deste ano na COOPSEF. E esta tem sido também a forma mais barata para ter recursos em mãos e liquidar despesas que se avolumam, principalmente nos primeiros meses do ano. Desde o início de janeiro, a nossa Cooperativa tem disponibilizado recursos para os associados que querem pagar suas despesas e manter seus compromissos em dia, alguns, inclusive, inadmissíveis, como é o caso de impostos como IPVA e IPTU.

Na COOPSEF, a taxa de juro para antecipar o 13º salário é bem menor do que a de outras instituições financeiras e o associado ainda recebe no final do exercício parte daquilo que pagou. Desta forma, a taxa de juro que já é pequena se torna ainda menor. Em nenhuma outra instituição financeira, um tomador de empréstimo tem esta vantagem. Ela só existe na sua Cooperativa.

Procure a COOPSEF, onde você tem tratamento personalizado, antes de se dirigir a outra instituição financeira. Na Cooperativa você é o dono e tem nome.

O processo para fazer a antecipação do 13º é fácil e rápido. O associado precisa preencher a proposta de empréstimo, os Anexos I e II, apresentar cópia de contracheque, cheque pós-datado do banco onde será creditado o pagamento e comprovante de residência, recente. Por determinação do Banco Central, a liberação estará sujeita à análise de crédito.

Você sabia que sendo correntista pode pagar as contas mensais de telefone, energia e água por meio de débito automático?



Antecipar o Imposto de Renda também é boa opção

Assim como muitos associados estão antecipando o 13º salário deste ano, também é possível antecipar na COOPSEF a restituição do Imposto de Renda 2013. Esta é uma boa opção que a Cooperativa oferece a seus associados, com uma taxa melhor do que as oferecidas por outras instituições financeiras.

O associado que já fez ou prepara sua declaração e sabe que tem direito à restituição do IR pago a maior no ano passado pode procurar já a COOPSEF ou as suas representações regionais. Levantamento feito no mercado aponta que os bancos comerciais oferecem taxas de juros superiores a oferecida pela sua Cooperativa.

A operação é simples para quem quer antecipar a restituição do IR. Também neste caso, o associado será beneficiado no final do exercício pelo retorno de parte do que pagou. O empréstimo será quitado em parcela única, na data em que ocorrer o crédito da restituição do IR pela Receita Federal.

Ocorrendo diferença a favor do associado, o valor apurado será creditado em sua conta corrente. Se eventualmente o associado cair na "malha fina" da Receita Federal, ele deve procurar a COOPSEF para providenciar a renegociação de seu débito e se manter em dia com seu compromisso perante a Cooperativa.

Atualização cadastral na COOPSEF traz benefícios para os associados

*Sem cadastro atualizado
não é possível receber as
Sobras autorizadas pela
Assembleia Geral*

O associado que estiver com seu endereço desatualizado na COOPSEF não poderá receber as Sobras do exercício 2012 e ainda deixa de receber informações importantes sobre a sua Cooperativa. A atualização cadastral é uma exigência do Banco Central, alcança todas as cooperativas e precisa ser cumprida. Sendo assim e para manter o cumprimento rigoroso das normas estabelecidas pelo BC, a direção da COOPSEF reitera aos associados que mantenham seu cadastro atualizado.

Com o cumprimento desta exigência, o cooperado continuará recebendo em seu endereço o "Jornal da COOPSEF", com importantes notícias sobre as atividades da Cooperativa, e também informações adicionais elaboradas por meio de circulares e outros documentos.

O processo é muito fácil. Use o fax (31) 3269.5724 ou o e-mail coopsef@coopsef.com.br para enviar o formulário "Atualização Cadastral", disponível no site, na sede da Cooperativa e nas representações regionais. É preciso ainda anexar um comprovante de renda, de água, luz, telefone ou contrato do imóvel, se alugado. Manter o cadastro atualizado é também um dever do cooperado.

FIQUE POR DENTRO

De acordo com o Sicoob Confederação, embora sejam tecnologias que facilitem a vida dos associados e de empresas cobradoras, o Débito Automático e o Débito Direto Autorizado (DDA) são serviços distintos muitas vezes confundidos. No Débito Automático Sicoob, como o próprio nome indica, os recursos para o pagamento da conta são debitados automaticamente da conta do associado. É só o cooperado se cadastrar na cooperativa, caixas eletrônicos, via internet ou móbile banking, para que, mensalmente, no dia estabelecido, o serviço desconte o valor do pagamento.

Já o DDA é sistema que permite que todos os pagamentos realizados por meio de boletos bancários com registro sejam recebidos eletronicamente, substituindo a emissão do boleto em papel. Para aderir ao serviço, que também é isento de tarifas, o cooperado precisa se cadastrar como sacado eletrônico na cooperativa Sicoob de relacionamento, no caso a COOPSEF, via internet, móbile banking ou nos caixas eletrônicos. É importante ressaltar que IPTU, IPVA, contas de água, luz, telefone, gás e faturas de cartão de crédito ainda não estão inclusos no DDA.

**O uso adequado do cartão
de débito Sicoobcard
Mastercard significa menor
custo operacional para a
COOPSEF e consequente
redução de despesas e
aumento das Sobras, cuja
maior parte retorna para
aqueles associados que
mais fizeram operações
com a Cooperativa.**

PROMOÇÃO

“COOPSEF faz aniversário, e dá prêmios”



Cooperados recebem prêmios na Cooperativa

Após entregar os prêmios a dois ganhadores do sorteio promovido pela COOPSEF na comemoração de seus 32 anos em novembro do ano passado, a nossa Cooperativa fez mais três felizardos na Promoção “COOPSEF e você – parceria que dá prêmios”, no segundo sorteio em dezembro, conforme extração pela Loteria Federal.

Recebidas pelo diretor-presidente Antônio de Ávila e pelos diretores Álvaro Cunha e Célio Albuquerque, na sede da Cooperativa, as cooperadas Ângela Maria Lemos Maia Vilela Andrade, Eunice da Soledade Silva e Carolina Amália Cançado Monteiro André foram parabenizadas e levaram para suas casas seus respectivos prêmios.

As duas primeiras, Ângela e Eunice, ganharam um computador Dell Optiplex, quarto prêmio previsto na promoção, tendo o final de seus Masps, menos o dígito, coincidido com o final do quarto prêmio da Loteria Federal do dia 22 de dezembro. Por sua vez, Carolina ganhou um Notebook Dell, no quinto prêmio.

Nos demais prêmios - primeiro, segundo e terceiro – não houve ganhadores. Conforme previsto no Regulamento, não haveria compra prévia de prêmios, sendo apenas um carro e uma moto, e que os prêmios seriam adquiridos de acordo com o número de ganhadores, tantos quanto fossem. A promoção foi encerrada no dia 22/12/2012.

Balancetes

BALANCETE PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (NOVEMBRO DE 2012)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	86.882.746,34	PASSIVO CIRCULANTE	80.345.825,32
DISPONIBILIDADES	531.593,48	DEPÓSITOS	70.386.800,71
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	58.691.564,85	Depósitos à vista	1.928.355,48
Central Financeira - COOPERAT	58.691.564,85	Depósitos a prazo	68.458.445,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	26.665.896,56	Outros Depósitos	-
Operações de Crédito	27.202.714,42	OUTRAS OBRIGAÇÕES	9.959.024,61
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(536.817,86)	Cobrança e Arrecad. Tributos	5.155,61
OUTROS CRÉDITOS	600.663,20	Sociais e Estatutárias	6.263.647,76
OUTROS VALORES E BENS	393.028,25	Fiscais e Previdenciárias	179.145,42
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	42.776.665,99	Diversas	3.511.075,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	38.981.796,54	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-
Operações de Crédito	39.529.041,07	Rendas Antecipadas	-
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(547.244,53)	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.800.345,50
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.794.869,45	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.800.345,50
Interp. P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.794.869,45	Provisões P/ Riscos Fiscais	3.800.345,50
PERMANENTE	6.366.001,33	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	51.879.242,84
INVESTIMENTOS	4.296.544,89	Capital de Domiciliados no País	37.823.676,46
Partic. Colig. e Control. no País	4.296.544,89	Reservas de Lucros	6.772.563,74
IMOBILIZADO DE USO	2.035.654,65	Sobras Acumuladas	3.908.008,97
Imóveis de Uso	3.011.268,33	Receitas	9.575.034,05
Outras Imobilizações de Uso	1.915.044,14	(Despesas)	(6.200.040,38)
(Depreciações Acumuladas)	(2.890.657,82)	TOTAL DO PASSIVO	136.025.413,66
INTANGÍVEL	33.801,79	Belo Horizonte, 30 de novembro de 2012. Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente Célio Marcos Pontes de Albuquerque - Diretor Financeiro Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo Astor César de Souza Almeida - Contador - CRC: MG-074613/O-6	
Sistema de Processamento de Dados	134.935,17		
Direito de Uso	46.673,89		
(Amortização Acumulada)	(147.807,27)		
TOTAL DO ATIVO	136.025.413,66		

BALANCETE PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (DEZEMBRO DE 2012)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	89.399.480,64	PASSIVO CIRCULANTE	82.385.865,34
DISPONIBILIDADES	431.028,53	DEPÓSITOS	72.304.380,10
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	65.276.561,27	Depósitos à vista	2.231.156,72
Central Financeira - COOPERAT	65.276.561,27	Depósitos a prazo	70.073.223,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	22.738.712,73	Outros Depósitos	-
Operações de Crédito	23.289.365,44	OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.081.485,24
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(550.652,71)	Cobrança e Arrecad. Tributos	2.566,05
OUTROS CRÉDITOS	566.255,85	Sociais e Estatutárias	6.213.084,45
OUTROS VALORES E BENS	386.922,26	Fiscais e Previdenciárias	553.833,44
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	42.586.257,30	Diversas	3.312.001,30
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	38.781.765,15	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-
Operações de Crédito	39.450.492,17	Rendas Antecipadas	-
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(668.727,02)	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.809.968,20
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.804.492,15	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.809.968,20
Interp. P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.804.492,15	Provisões P/ Riscos Fiscais	3.809.968,20
PERMANENTE	6.507.172,64	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52.297.077,04
INVESTIMENTOS	4.430.466,97	Capital de Domiciliados no País	39.775.863,78
Partic. Colig. e Control. no País	4.430.466,97	Reservas de Lucros	6.772.563,74
IMOBILIZADO DE USO	2.043.484,41	Sobras Acumuladas	3.908.008,97
Imóveis de Uso	3.011.268,33	Receitas	11.596.403,35
Outras Imobilizações de Uso	1.937.865,90	(Despesas)	(9.755.762,80)
(Depreciações Acumuladas)	(2.905.649,82)	TOTAL DO PASSIVO	138.492.910,58
INTANGÍVEL	33.221,26	Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2012. Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente Célio Marcos Pontes de Albuquerque - Diretor Financeiro Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo Astor César de Souza Almeida - Contador - CRC: MG-074613/O-6	
Sistema de Processamento de Dados	134.935,17		
Direito de Uso	46.673,89		
(Amortização Acumulada)	(148.387,80)		
TOTAL DO ATIVO	138.492.910,58		

Você sabia que por meio da internet no site www.coopsef.com.br os associados correntistas podem consultar saldos, extratos, fazer transferências e imprimir formulários para solicitar empréstimos?

BALANCETE PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (JANEIRO DE 2013)			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	89.326.623,14	PASSIVO CIRCULANTE	82.152.124,25
DISPONIBILIDADES	477.931,43	DEPÓSITOS	71.865.044,45
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	64.035.061,23	Depósitos à vista	1.916.200,96
Central Financeira - COOPERAT	64.035.061,23	Depósitos a prazo	69.948.843,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	23.785.740,02	Outros Depósitos	-
Operações de Crédito	24.314.518,57	OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.271.402,68
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(528.778,55)	Cobrança e Arrecad. Tributos	7.605,25
OUTROS CRÉDITOS	525.790,21	Sociais e Estatutárias	6.779.848,18
OUTROS VALORES E BENS	502.100,25	Fiscais e Previdenciárias	155.596,86
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	42.613.754,56	Diversas	3.328.352,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	38.798.765,42	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	15.677,12
Operações de Crédito	39.482.507,22	Rendas Antecipadas	15.677,12
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(683.741,80)	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.820.465,19
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.814.989,14	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.820.465,19
Interp. P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.814.989,14	Provisões P/ Riscos Fiscais	3.820.465,19
PERMANENTE	6.492.393,12	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52.460.181,38
INVESTIMENTOS	4.431.180,00	Capital de Domiciliados no País	39.837.263,11
Partic. Colig. e Control. no País	4.431.180,00	Reservas de Lucros	7.315.356,08
IMOBILIZADO DE USO	2.028.556,24	Sobras Acumuladas	4.613.734,91
Imóveis de Uso	3.011.268,33	Receitas	2.045.802,38
Outras Imobilizações de Uso	1.937.865,90	(Despesas)	(1.351.975,10)
(Depreciações Acumuladas)	(2.920.577,99)	TOTAL DO PASSIVO	138.432.770,82
INTANGÍVEL	32.656,88	Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2013. Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente Célio Marcos Pontes de Albuquerque - Diretor Financeiro Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo Astor César de Souza Almeida - Contador - CRC: MG-074613/O-6	
Sistema de Processamento de Dados	134.935,17		
Direito de Uso	46.673,89		
(Amortização Acumulada)	(148.952,18)		
TOTAL DO ATIVO	138.432.770,82		



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda.

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Depósitos à Vista	R\$ 2.231.156,72	3,09%
Depósitos a Prazo	R\$ 70.073.223,38	96,91%

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2012 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF, na forma da Legislação em vigor.

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2012 o percentual de 16,2% da captação, no montante de R\$ 11.735.051,30.

1. Política Operacional

Em 2012 a COOPSEF completou 32 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da COOPSEF é de R\$ 50.721.825,33. O quadro de associados é composto por 7.091 cooperados, havendo um decréscimo de 0,5% em relação ao exercício anterior.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2012, a COOPSEF obteve um resultado de R\$ 5.748.649,52 representando um retorno anual sobre o Patrimônio Líquido de 11,1%.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A COOPSEF adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 98,07% nos níveis de "A" a "C".

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 65.276.561,27. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 62.739.857,61

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Empréstimo	R\$ 59.842.533,26	95,38%
Cheque Especial	R\$ 2.861.604,09	4,56%
Adiantamento a Depositante	R\$ 35.720,26	0,06%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2012 o percentual de 8,2832% da carteira, no montante de R\$ 5.196.894,22.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados

4. Captação

As captações, no total de R\$ 72.304.380,10, apresentaram uma evolução em relação ao exercício anterior de 5,19%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

► segue

ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na AGO, com mandato até a AGO de 18/02/2013, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2012, todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMG, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da COOPSEF aderiram, em 2012, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2012, a Ouvidoria da COOPSEF registrou 02 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 02 reclamações, 01 foi considerada procedente e a outra improcedente e resolvida dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Gerenciamento de Risco

a. Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais - COOPSEF objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/06.

Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais - COOPSEF aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O processo de gerenciamento do risco operacional está estruturado com base no preenchimento de Listas de Verificação de Conformidade (LVC), baseadas na metodologia Control Self

Assessment (CSA), processo por meio do qual, sob a responsabilidade da Diretoria Executiva e a coordenação do Agente de Controle Interno e Risco, subordinado ao Conselho de Administração, são identificadas situações de risco que são avaliadas quanto ao impacto e à probabilidade de ocorrência, de forma padronizada.

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento, pelo Agente de Controle e Risco.

Da mesma forma, perdas operacionais ocorridas têm as causas e as ações de mitigação identificadas, sendo as informações devidamente registradas em sistema informatizado para acompanhamento pelo Agente de Controle Interno e Risco.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais - COOPSEF possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

b. Risco de mercado

O gerenciamento do risco de mercado da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais - COOPSEF objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/07.

Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais - COOPSEF aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira em trading e banking, de mensuração do risco de mercado (Value at Risk - VaR), de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting do VaR).

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento por parte do Agente de Controle e Risco.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais - COOPSEF possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

c. Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais - COOPSEF objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/09, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais - COOPSEF aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais - COOPSEF possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte (MG) 31 de dezembro de 2012.

Conselho de Administração e Diretoria

Antonio de Ávila e Silva	Célio Marcos Pontes de Albuquerque
Álvaro Cesar Cunha	João Feliciano Nunes
Celmar Silveira	Rita da Penha Ventrin Gloria leal
Mauro Emani Nascimento	Nelson Gomes de Souza
Geber Soares de Oliveira	

Av. Brasil, 1660 – Funcionários – Belo Horizonte – MG
CEP 30.140-003 – PABX: (31) 3269.5700
www.coopsef.com.br coopsef@coopsef.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

Em Reais

ATIVO	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE	89.399.480,64	85.895.148,09
Disponibilidades	431.028,53	1.947.233,82
Relações Interfinanceiras (Nota 4)	65.276.561,27	60.488.881,21
Operações de Crédito (Nota 5)	22.738.712,73	22.336.748,09
Adiantamento a Depositantes	35.720,26	22.335,43
Empréstimos e Títulos Descontados	23.253.645,18	22.554.107,93
(-) Provisão para crédito em liquidação	(550.652,71)	(239.695,27)
Outros créditos (Nota 6)	566.255,85	735.564,78
Outros Valores e Bens (Nota 7)	386.922,26	386.720,19
NÃO CIRCULANTE	42.586.257,30	38.531.594,66
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	42.586.257,30	38.531.594,66
Operações de Crédito (Nota 5)	38.781.765,15	34.870.033,67
Empréstimos e Títulos Descontados	39.450.492,17	35.091.328,40
(-) Provisão para crédito em liquidação	(668.727,02)	(221.294,73)
Outros Créditos (Nota 6)	3.804.492,15	3.661.560,99
PERMANENTE	6.507.172,64	6.105.243,71
Investimentos (Nota 8)	4.430.466,97	3.874.855,13
Imobilizado de Uso (Nota 9)	2.043.484,41	2.193.630,02
Intangível (Nota 10)	33.221,26	36.758,56
TOTAL	138.492.910,58	130.531.986,46

PASSIVO	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE	82.977.987,61	79.528.086,30
DEPÓSITOS (Nota 11)	72.304.380,10	68.739.290,82
Depósito à Vista	2.231.156,72	1.889.147,07
Depósitos a Prazo	70.073.223,38	66.850.143,75
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 12)	10.673.607,51	10.788.795,48
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.566,05	3.031,85
Sociais e Estatutárias	6.805.206,72	6.515.641,10
Fiscais e Previdenciárias	553.833,44	743.457,07
Diversas	3.312.001,30	3.526.665,46
NÃO CIRCULANTE	3.809.968,20	3.668.037,04
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.809.968,20	3.668.037,04
Provisões Para Riscos Fiscais e Trabalhistas (Nota 12)	3.809.968,20	3.668.037,04
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	51.704.954,77	47.335.863,12
Capital Social	39.775.863,78	37.332.230,28
(-) Capital a Realizar	-	(554,00)
Reserva de Lucros	7.315.356,08	6.772.563,74
Sobras ou Perdas Acumuladas	4.613.734,91	3.231.623,10
TOTAL	138.492.910,58	130.531.986,46

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2012.

Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente

Astor César de Souza Almeida - CRC-MG 074.613/O-6

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Agenda 2013. Pegue a sua na COOPSEF

Você já pegou a sua Agenda 2013 com uma caneta na COOPSEF? Muitos associados já estão usando sua Agenda. Outros ainda não pegaram, mas ainda dá tempo. Tradicionais no nosso meio, esses brindes estão sendo distribuídos na sede da COOPSEF, na avenida Brasil, 1660, em Belo Horizonte, e no interior do Estado, nas respectivas Representações Regionais. Vá buscar a sua Agenda 2013 e a caneta. Eles foram feitos para você.

DRE - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Exercícios findos em:		Em Reais
	2º SEMESTRE/2012	SALDO EM 31/12/2012	SALDO EM 31/12/2011
INGRESSOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.284.689,28	16.167.204,22	15.631.554,17
Rendas de operações de crédito	8.284.428,28	16.163.799,22	15.609.472,95
Rendas de títulos e valores mobiliários	261,00	3.405,00	22.081,22
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.943.758,79)	(6.187.418,27)	(6.654.273,28)
Operações de captação	(2.441.499,46)	(5.499.071,30)	(6.711.384,15)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(502.259,33)	(688.346,97)	57.110,87
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.340.930,49	9.979.785,95	8.977.280,89
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS (DISPÊNDIOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.400.971,13)	(2.323.491,13)	(1.586.818,87)
Ingressos/Receitas de prestação de serviço	32.167,21	65.657,16	55.951,67
Dispêndios/Despesas com pessoal	(2.395.904,51)	(4.703.463,07)	(4.486.063,81)
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas	(1.205.498,67)	(2.488.162,55)	(2.334.514,93)
Dispêndios / Despesas Tributárias	(34.192,60)	(72.821,31)	(90.842,51)
Outros Ingressos/Receitas Operacionais	154.261,66	161.486,54	292,39
Ingressos de Depósitos Intercooper.	2.160.427,28	4.936.550,52	5.589.213,95
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(112.231,50)	(222.738,42)	(320.855,63)
RESULTADO OPERACIONAL	3.939.959,36	7.656.294,82	7.390.462,02
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	156.608,78	409.695,39	446.365,61
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	4.096.568,14	8.065.990,21	7.836.827,63
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(33.455,68)	(94.868,78)	(105.518,51)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	4.063.112,46	7.971.121,43	7.731.309,12
DESTINAÇÃO PARA O FATES		(592.122,27)	(555.456,70)
DESTINAÇÃO PARA O FUNDO DE RESERVA		(542.792,34)	(420.786,65)
RESULTADO ANTES PROVISÃO JUROS AO CAPITAL	4.063.112,46	6.836.206,82	6.755.065,77
DESPESAS DE JUROS AO CAPITAL SOCIAL	(2.222.471,91)	(2.222.471,91)	(3.523.442,67)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS A DISP. DA A.G.O	1.840.640,55	4.613.734,91	3.231.623,10
QUANTIDADE DE QUOTAS DE CAPITAL	39.775.863,78	39.775.863,78	37.332.230,28
SOBRAS OU PERDAS POR COTA DE CAPITAL (R\$)	0,05	0,12	0,09

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2012.

Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente

Astor Cézar de Souza Almeida - CRC-MG 074.613/O-6

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Depósito a favor da COOPSEF precisa ser identificado



Alguns associados continuam fazendo depósitos a favor da COOPSEF e não estão se lembrando de informar para que se destinam os recursos: se são para ficar na conta corrente, pagar uma ou mais parcelas de empréstimo, para uma aplicação financeira ou qualquer outra finalidade. Sem essa informação, a Cooperativa não tem como atender o depositante e credita esses recursos em uma conta específica. Ali

eles permanecerão até que o interessado se manifeste. Os valores depositados nesta conta não têm correção.

Portanto, lembre-se sempre de informar a destinação dos recursos depositados a favor da COOPSEF. Para isso, envie um fax (31) 3269.5724 ou e-mail para coopsef@coopsef.com.br. Esta é mais uma orientação da COOPSEF para que você continue ganhando sempre.

DMPL - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Em Reais

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL		RESERVAS DE LUCROS				Sobras e (Perdas) Acumuladas	Saldo Atual
	Realizado	(-) Capital a Realizar	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Reservas para Contingências	Reservas para Expansão		
Saldos em 30.06.12	37.550.888,88	(25,00)	6.772.563,74	-	-	-	3.908.008,97	48.231.436,59
Integralização de Capital	638.225,23	25,00						638.250,23
Devolução de Capital	(277.405,02)							(277.405,02)
Estorno de Capital	(2.363,01)							(2.363,01)
Sobras ou Perdas do 2º Semestre - 2012							4.063.112,46	4.063.112,46
Juros ao Capital Social	2.195.905,66						(2.222.471,91)	(26.566,25)
IRRF sobre Juros ao Capital	(329.387,96)							(329.387,96)
Destinação das sobras:								-
. Fundo de Reserva			542.792,34				(542.792,34)	-
. FATES							(271.396,17)	(271.396,17)
. FATES - Atos não Cooperativos							(320.726,10)	(320.726,10)
Saldos em 31.12.12	39.775.863,78	-	7.315.356,08	-	-	-	4.613.734,91	51.704.954,77
Mutações do semestre	2.224.974,90	25,00	542.792,34	-	-	-	705.725,94	3.473.518,18
Saldos em 31.12.11	37.332.230,28	(554,00)	6.772.563,74				3.231.623,10	47.335.863,12
Incorporação	3.007.609,40						(3.007.609,40)	-
Integralização de Capital	1.308.074,37	554,00						1.308.628,37
Devolução de Capital	(3.734.823,96)							(3.734.823,96)
Estorno de Capital	(3.744,01)							(3.744,01)
Sobras ou Perdas do Exercício							7.971.121,43	7.971.121,43
Juros ao Capital Social	2.195.905,66						(2.222.471,91)	(26.566,25)
IRRF sobre Juros ao Capital	(329.387,96)							(329.387,96)
Incorporação Capital Social Ex-Cooperados							(24.013,70)	(24.013,70)
Transf. p/Fundo Especial - Sobras Exercício Anterior							(200.000,00)	(200.000,00)
Destinação das sobras:								-
. Fundo de Reserva			542.792,34				(542.792,34)	-
. FATES							(271.396,17)	(271.396,17)
. FATES - Atos não Cooperativos							(320.726,10)	(320.726,10)
Saldos em 31.12.12	39.775.863,78	-	7.315.356,08	-	-	-	4.613.734,91	51.704.954,77
Mutações do exercício	2.443.633,50	554,00	542.792,34	-	-	-	1.382.111,81	4.369.091,65
Saldos em 31.12.10	32.201.345,65	(35,00)	6.351.777,09				4.168.715,15	42.721.802,89
Incorporação	3.942.309,13						(3.942.309,13)	-
Integralização de Capital	1.296.211,65	(519,00)						1.295.692,65
Devolução de Capital	(3.095.426,43)							(3.095.426,43)
Sobras ou Perdas do Exercício							7.731.309,12	7.731.309,12
Juros ao Capital Social	3.515.049,05						(3.523.442,67)	(8.393,62)
IRRF sobre Juros ao Capital	(527.258,77)							(527.258,77)
Incorporação Capital Social Ex-Cooperados							(26.406,02)	(26.406,02)
Transf. p/Fundo Especial - Sobras Exercício Anterior							(200.000,00)	(200.000,00)
Destinação das sobras:								-
. Fundo de Reserva			420.786,65				(420.786,65)	-
. FATES							(210.393,32)	(210.393,32)
. FATES - Atos não Cooperativos							(345.063,38)	(345.063,38)
Saldos em 31.12.11	37.332.230,28	(554,00)	6.772.563,74	-	-	-	3.231.623,10	47.335.863,12
Mutações do exercício	5.130.884,63	(519,00)	420.786,65	-	-	-	(937.092,05)	4.614.060,23

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2012.

Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente

Astor César de Souza Almeida - CRC-MG 074.613/O-6

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Ouvidoria da COOPSEF
0800 283 4086
www.coopsef.com.br

DFC - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE	Exercícios findos em:		Em Reais
	2º SEMESTRE - 2012	31/12/2012	31/12/2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.433.069,00	5.256.795,04	12.190.602,78
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social	4.096.568,14	8.065.990,21	7.836.827,63
Contas de resultado credoras	8.284.689,28	16.167.204,22	15.631.554,17
Contas de resultado devedoras	(4.188.121,14)	(8.101.214,01)	(7.794.726,54)
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	(1.640.389,05)	(1.355.117,49)	(3.363.188,25)
Provisão de Juros ao Capital	(2.222.471,91)	(2.222.471,91)	(3.523.442,67)
(Despesas de amortização)	3.600,83	7.011,30	12.378,23
(Despesas de depreciação)	89.571,53	196.822,17	260.697,05
(Provisão para perdas com Operações de Crédito)	522.366,18	758.389,73	(7.302,35)
Apuração de resultado (imposto de renda e contribuição social)	(33.455,68)	(94.868,78)	(105.518,51)
Aumento (redução) em ativos operacionais	1.501.343,44	(5.045.910,15)	(1.555.352,67)
Operações de Crédito	1.633.865,01	(5.072.085,85)	(1.231.842,52)
Outros Créditos	(135.770,35)	26.377,77	(324.077,07)
Outros Valores e Bens	3.248,78	(202,07)	566,92
Aumento (redução) em passivos operacionais	1.475.546,47	3.591.832,47	9.272.316,07
Depósitos a Vista	415.770,95	342.009,65	126.062,98
Depósitos a Prazo	675.644,46	3.223.079,63	8.631.650,02
Outros Depósitos	-	-	(8.046,80)
Outras Obrigações	384.131,06	26.743,19	522.649,87
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(179.938,74)	(605.762,40)	(358.122,96)
Aquisição de investimentos	(133.922,08)	(555.611,84)	(323.513,07)
Aquisição de imobilizado de uso	(46.016,66)	(46.676,56)	(42.716,22)
Aplicação no Ativo Intangível	-	(3.474,00)	-
*Outros Ajustes	-	-	8.106,33
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Variações patrimoniais:	1.632.877,63	(1.379.557,87)	406.193,78
Aumento de Capital Social	638.250,23	1.308.628,37	1.295.692,65
Redução de Capital Social	(279.768,03)	(3.738.567,97)	(3.095.426,43)
Despesas de juros ao capital	2.222.471,91	2.222.471,91	3.523.442,67
Despesas de juros ao capital - IRRF a Recolher	(333.372,91)	(333.372,91)	(528.517,83)
Constituição do Exercício - FATES	(271.396,17)	(271.396,17)	(210.393,32)
Constituição do Exercício - FATES Atos não Cooperativos	(320.726,10)	(320.726,10)	(345.063,38)
Transferência Exercício Anterior - Fundo Especial	-	(200.000,00)	(200.000,00)
Cotas de Capital a Pagar	(22.581,30)	(46.595,00)	(33.540,58)
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	6.886.007,89	3.271.474,77	12.238.673,60
Variação Líquida das disponibilidades	6.886.007,89	3.271.474,77	12.238.673,60
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	586.722,53	1.947.233,82	859.194,89
Centralização Financeira - Cooperativas no início do período	58.234.859,38	60.488.881,21	49.338.246,54
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	431.028,53	431.028,53	1.947.233,82
Centralização Financeira - Cooperativas no fim do período	65.276.561,27	65.276.561,27	60.488.881,21

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2012.

Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente

Astor César de Souza Almeida - CRC-MG 074.613/O-6

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Você sabia que o cooperado não paga pelo talão de cheques, mas que ele deve usar mais o cartão de débito SICOOBcard em suas compras, porque o custo operacional é menor para a Cooperativa e tem reflexo positivo no resultado final?





Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. - COOPSEF

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 - (Em reais)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda – COOPSEF é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 14/04/1980, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente do SICOOB - Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução 3.859/10 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A COOPSEF tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pela Diretoria Executiva, em sua reunião datada de 22/01/2013.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

O Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), criado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.055/2005, emitiu, até o término deste exercício, 43 pronunciamentos. Entretanto, o Conselho Monetário Nacional elaborou normativos direcionados para cinco destes pronunciamentos: a Resolução 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável do Ativo (CPC 01), Resolução 3.604/2008 - Fluxo de Caixa (CPC 03), Resolução 3.750/2010 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05), Resolução 4.007/2011 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) e Resolução 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução 3.604/08 do Conselho Monetário Nacional – CMN incluem caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e depósitos bancários	431.028,53	1.947.233,82
Relações Interfinanceiras (Centralização Financeira)	65.276.561,27	60.488.881,21
Total	65.707.589,80	62.436.115,03

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e do BANCOOB, são avaliados pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

► segue

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Foi elaborado junto a profissionais qualificados laudo de avaliação dos imóveis e que não foi identificado necessidade de ajustes. Em 31 de dezembro de 2012 não foram elaborados teste de Impairment, não sendo possível atestar a existência de indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012.

4. Relações interfinanceiras

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa depositada junto ao SICOOB CENTRAL CECREMG, conforme determinado no artigo 37 da Resolução CMN nº 3.859/10.

5. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / Tít. Desc. *	Total em 2012	Provisões 2012	Total em 2011	Provisões 2011
AA		Normal	-	-	-	-	-
A	0,5%	Normal	59.658.580,34	59.658.580,34	298.293,30	55.811.783,96	279.058,98
B	1%	Normal	154.199,29	154.199,29	1.541,99	197.286,84	1.972,87
B	1%	Vencidas	1.199.164,62	1.199.164,62	11.991,65	864.400,42	8.644,00
C	3%	Normal	179.008,51	179.008,51	5.370,26	35.054,09	1.051,62
C	3%	Vencidas	338.685,77	338.685,77	10.160,57	399.825,23	11.994,77
D	10%	Normal	6.259,58	6.259,58	625,96	12.201,80	1.220,18
D	10%	Vencidas	99.103,36	99.103,36	9.910,34	168.850,64	16.885,07
E	30%	Normal	97.176,50	97.176,50	29.152,95	858,94	257,68
E	30%	Vencidas	0,00	0,00	0,00	26.573,52	7.972,06
F	50%	Normal	7.447,91	7.447,91	3.723,96	7.103,12	3.551,56
F	50%	Vencidas	139.473,01	139.473,01	69.736,55	0,00	0,00
G	70%	Normal	203.812,07	203.812,07	142.668,74	2.161,82	1.513,27
G	70%	Vencidas	69.145,63	69.145,63	48.401,94	49.344,88	34.541,44
H	100%	Normal	113.932,30	113.932,30	113.932,40	51.877,46	51.877,46
H	100%	Vencidas	473.868,72	473.868,72	473.869,12	40.449,04	40.449,04
Total Normal			60.420.416,50	60.420.416,50	595.309,56	56.118.328,03	340.503,62
Total Vencido			2.319.441,11	2.319.441,11	624.070,17	1.549.443,73	120.486,38
Total Geral			62.739.857,61	62.739.857,61	1.219.379,73	57.667.771,76	460.990,00
Provisões			(1.219.379,73)	(1.219.379,73)		(460.990,00)	
Total Líquido			61.520.479,13	61.520.479,13		57.206.781,76	

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

Em cumprimento às orientações do Banco Central do Brasil, no primeiro semestre de 2011 o Sistema Sicoob concluiu o cronograma de implantação da exigência contida no artigo 3º da Resolução CMN nº 2.682, que estabelece que a classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida considerando aquela que apresentar maior risco.

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento – operações vincendas (dias):

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	7.517.562,21	13.013.679,69	39.450.492,17	59.981.734,07
Total	7.517.562,21	13.013.679,69	39.450.492,17	59.981.734,07

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	460.990,00	468.292,35
Constituições/Reversões no Exercício	846.994,58	147.339,32
Transferência/Reversões para Prejuízo no Exercício	(88.604,85)	(154.641,67)
Total	1.219.379,73	460.990,00

d) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2012	% Carteira Total	31/12/2011	% Carteira Total
Maior Devedor	373.441,97	0,5952	344.464,13	0,5973
10 Maiores Devedores	2.980.383,92	4,7504	2.557.443,58	4,4348
50 Maiores Devedores	10.543.935,08	16,8058	8.980.493,57	15,5728

e) Créditos Baixados Como Prejuízo, Renegociados e Recuperados:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Saldo início do exercício	2.385.524,90	2.576.364,70
Valor das operações transferidas no período	88.604,85	154.641,67
Valor das operações recuperadas no período	(124.808,75)	(345.481,47)
Total	2.349.321,00	2.385.524,90

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive as resultantes do exercício corrente, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Rendas a Receber (a)	343.256,52	524.916,28
Devedores por Depósito e Garantia (b)	3.804.492,15	3.661.560,99
Títulos e Créditos a Receber	1.697,00	1.170,00
Devedores Diversos	1.240,73	12.541,91
Diversos (c)	220.061,60	196.936,59
Total	4.370.748,00	4.397.125,77

a) Rendas a Receber: Rendas de Aplicação Financeira junto a Centralização Financeira – SICOOB CECREMGE – no montante de R\$ R\$ 342.701,46.**b) Devedores por Depósito e Garantia:** Depósito Judicial referente ao processo de Cobrança do PIS/COFINS s/atos cooperativos no período de 03/1999 a 07/2004.**c) Diversos:** O valor de R\$ 131.808,75, do montante apresentado, refere-se a gratificação paga aos funcionários referente ao exercício de 2012.**7. Outros valores e bens**

Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R\$ 350.955,03, referente aos imóveis alugados a Empresa Vale do Rio Doce, não estando sujeitos à depreciação ou correção.

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$ 35.967,23, referentes a prêmios de seguros pagos – R\$ 34.387,52 e assinatura de periódicos – R\$ 1.579,71.

8. Investimentos

O saldo é representado por aportes de capital e o recebimento de distribuição de sobras efetuados pelo SICOOB Central Cecremge e aquisição de ações do BANCOOB e outros investimentos, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE	3.447.432,50	2.994.520,87
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	983.034,47	880.334,26
Total	4.430.466,97	3.874.855,13

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2012	31/12/2011
Terrenos	-	583.120,92	583.120,92
Edificações	4%	2.428.147,41	2.428.147,41
Instalações, Móveis e Equipamentos	10%	1.597.952,79	1.574.097,99
Sistema de Processamento de Dados	20%	307.889,60	285.067,84
Sistema de Segurança	10%	32.023,51	32.023,51
Total		4.949.134,23	4.902.457,67
Depreciação acumulada		(2.905.649,82)	(2.708.827,65)
Total		2.043.484,41	2.193.630,02

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2012	31/12/2011
Sistema de Processamento de Dados – Software	20%	134.935,17	134.935,17
Direito de Uso	20%	46.673,89	43.199,89
Total		181.609,06	178.135,06
Amortização acumulada	20%	(148.387,80)	(141.376,50)
Total		33.221,26	36.758,56

11. Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Depósito à Vista	2.231.156,72	1.889.147,07
Depósito a Prazo	70.073.223,38	66.850.143,75
Outros Depósitos	0,00	0,00
Total	72.304.380,10	68.739.290,82

Os depósitos, até o limite de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Sicoob - FGS, o qual é um Fundo constituído pelas Cooperativas do Sistema Sicoob, regido por regulamento próprio.

12. Outras Obrigações**a) Outras Obrigações - Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados**

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
IOF a Recolher	2.566,05	3.031,85
Total	2.566,05	3.031,85

O IOF a Recolher refere-se à incidência sobre Operações de Crédito e Aplicações Financeiras dos cooperados com a Cooperativa.

b) Outras Obrigações - Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	6.550.307,52	6.279.134,29
FATES	6.550.307,52	6.279.134,29
Cotas de capital a pagar	254.899,20	236.506,81
Total	6.805.206,72	6.515.641,10

O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, e é constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 5% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

▶ segue

c) Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	16.181,22	22.876,31
Impostos s/Serviços de Terceiros	7.654,02	5.647,41
Impostos sobre Salários	192.283,70	175.286,86
Outros	337.714,50	539.646,49
IRRF sobre Juros ao Capital	333.372,91	528.517,83
Outros	4.341,59	11.128,66
Total	553.833,44	743.457,07

d) Outras Obrigações - Diversas

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Cheques administrativos (a)	11.739,40	1.800,00
Despesas de Pessoal	187.514,57	289.755,64
Outras Despesas Administrativas (b)	144.707,52	141.851,85
Provisão para Passivos Contingentes (c)	3.809.968,20	3.668.037,04
Credores Diversos – País (d)	2.968.039,81	3.093.257,97
Total	7.121.969,50	7.194.702,50

a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2012.

b) Refere-se ao provisionamento de pagamentos a efetuar, relativos a outras despesas administrativas da cooperativa.

c) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2012		31/12/2011	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS e COFINS	0,00	3.798.462,33	0,00	3.655.602,54
Trabalhistas	0,00	6.029,82	0,00	5.958,45
Outras	5.476,05	0,00	6.476,05	0,00
Total	5.476,05	3.804.492,15	6.476,05	3.661.560,99

PIS e COFINS - quando do advento da lei nº. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia.

d) Credores Diversos – País se refere a: Cred. Diversos, FIS (Fundo de Integração Social), FCR (Fundo de Crédito Rotativo) e Outros Credores Diversos – País:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Fundo de Integração Social	2.210.583,72	2.228.860,09
Cred. Diversos	133.932,98	288.594,55
Fundo de Compensação Rotativo	500.000,00	500.000,00
Outros Credores Diversos – País (1)	123.523,11	75.803,33
Total	2.968.039,81	3.093.257,97

1. Refere-se a créditos de responsabilidade da cooperativa perante pessoas físicas e jurídicas pendente de regularização para cuja escrituração não exista conta específica.

O FIS – Fundo de Integração Social é destinado a atividades recreativas, sociais, promocionais e parcerias educacionais de caráter objetivo, correlacionadas com os programas sociais da Cooperativa de forma direta aos seus associados, familiares e parcerias, que não são acobertadas pelo FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. A formação de seus recursos se deu através de verbas destinadas em AGO ou AGE. A COOPSEF não está movimentando o FIS e está aguardando a realização da próxima A.G.O. para deliberar sobre a destinação dos saldos.

O Cred. Diversos é a reclassificação contábil do Fundo Especial e é destinado ao auxílio de familiares dos associados da COOPSEF falecidos. Dispõe a disciplina dos valores de indenização do Auxílio Funeral e compensação dos respectivos débitos contratados dos associados falecidos pelas indenizações relativas aos sinistros (Seguro Prestamista). O Cred. Diversos conta com uma reserva para aporte acumulada recebendo suprimento de crédito em todas as operações de crédito da COOPSEF.

O FCR - Fundo de Compensação Rotativo é destinado a cobertura de concessão de crédito aos associados que não se enquadram no Seguro Prestamista e que preencham as condições conforme determinação do Regulamento do FCR. A COOPSEF não está movimentando o FCR e está aguardando a realização da próxima A.G.O. para deliberar sobre a destinação dos saldos.

13. Instrumentos financeiros

A COOPSEF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo e empréstimos.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

14. Patrimônio líquido**a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, através da Carta Circular 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em gastos para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/71.

Descrição	2012	2011
Sobras /lucro líquido do exercício	5.748.649,52	4.207.866,45
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(542.792,34)	(420.786,65)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(271.396,17)	(210.393,32)
Lucro líquido decorrente de Resultado não Operacional - apropriado ao FATES – Atos não Cooperativos	(320.726,10)	(345.063,38)
Sobras à disposição da Assembléia Geral	4.613.734,91	3.231.623,10

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 06/02/2012, os cooperados deliberaram pelo aumento do Capital social com as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 3.031.623,10 e destinação no valor de R\$ 200.000,00 para o Fundo Especial.

15. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou em 31/12/2012 juros ao capital, com a expectativa de remunerar capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Carta Circular BACEN nº 2.739.

▶ segue

16. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2012	2011
RECUPERAÇÃO DE ENCARGOS E DESPESAS	161.486,54	277,00
OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS	0,00	15,39
Total	161.486,54	292,39

17. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2012	2011
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	222.738,42	320.855,63
Total	222.738,42	320.855,63

18. Resultado não operacional

Descrição	2012	2011
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	463.969,74	492.532,08
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(54.274,35)	(46.166,47)
Resultado líquido	409.695,39	446.365,61

19. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2012:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
611.263,98	0,9743
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
519.436,34	0,7413

Operações ativas e passivas:

OPERAÇÕES ATIVAS			
Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimos	605.838,00	(3.029,19)	0,9662
OPERAÇÕES PASSIVAS			
Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média - %	
Depósito a Prazo	519.436,34	0,68	

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração/Diretoria Executiva
Cheque Especial Limite até R\$ 20.000,00	2,9 %	2,9%
Empréstimos - Consignados Limite até 10% do PLA	1,69% a 2,07%	1,69% a 2,07%
Empréstimos – Boletos, Cheques e Caixa Limite até 10% do PLA	1,77% a 2,70%	1,77% a 2,70%
Aplicação Financeira – Depósito a Prazo Até R\$ 10.000,00	100% CDI	100% CDI
Acima de R\$ 10.000,00	92% CDI	92% CDI

No exercício corrente os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS – EXERCÍCIO DE 2012	
Honorários	1.094.412,55

20. Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE

A COOPSEF, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE à coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE de 30 de junho de 2012 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 10 de agosto de 2012.

21. Cobertura de seguros

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica da COOPSEF, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis 02 (dois) processos totalizando R\$ 5.476,05.

Antônio de Ávila e Silva
Diretor Presidente

Álvaro César Cunha
Diretor Administrativo

Célio Marcos Pontes de Albuquerque
Diretor Financeiro

Astor César de Souza Almeida
Contador – CRC-MG 074.613/O-6

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Cooperados da
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA
 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS LTDA. – COOPSEF**
Belo Horizonte - MG

Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Belo Horizonte, 24 de janeiro de 2013.



Felipe Rodrigues Beiral
 Contador CRC MG 090.766/O-4
 CNAI 2994



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de
Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e para os fins previstos no artigo 51 do Estatuto Social, declara que os documentos analisados refletem, em seus aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial da entidade em 31(trinta e um) de Dezembro de 2012(dois mil e doze). As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2012(dois mil e doze) foram examinadas também pelos auditores da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC. Belo Horizonte, aos 22(Vinte e dois) dias do mês de janeiro do ano de 2013(dois mil e treze). Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando-se em ata que vai assinada pelos presentes.

Geraldo Magela Cotta
Coordenador

Carlos Eugênio Souto Maior Filizola
Fiscal

Adriana Ackls Codo Santos
Fiscal

Antônio Donizete Rosa
Fiscal Suplente

Av. Brasil, 1660 – Funcionários – Belo Horizonte – MG – CEP 30.140-003
PABX: (31) 3269.5700
www.coopsef.com.br coopsef@coopsef.com.br

Cuidados para evitar fraudes

A vida moderna tem sido impulsionada pelos avanços tecnológicos e com eles benefícios e malefícios. Exemplo de malefícios são as denúncias por crimes cibernéticos que têm crescido de forma espantosa. Em Belo Horizonte, a Delegacia Especializada em Investigação de Crimes Cibernéticos (Deicc) tem registrado um aumento de 50% ao ano.

Lideram a lista de ocorrências os crimes contra patrimônio, como invasões de contas bancárias e falsos empréstimos - razão pela qual a COOPSEF faz este alerta - e também estelionatos. São comuns ainda as denúncias por ameaças e difamações na rede de computadores.

A legislação trata de forma superficial o crime cibernético no Código Penal, dificultando o trabalho da polícia. Assim, o mais recomendado é tomar alguns cuidados, principalmente para evitar fraudes frequentes

no uso dos serviços oferecidos por uma instituição financeira.

Para garantir a segurança dos associados, principalmente dos que usam regularmente seus serviços, a COOPSEF adota há anos uma série de medidas. No seu site www.coopsef.com.br, a Cooperativa disponibiliza uma lista com fraudes comuns. Os cooperados devem acessar este site pois ali irá informações detalhadas a respeito e se precaver.

Em "Segurança – Alerta a fraudes", o associado encontrará diversas orientações úteis para evitar ações de fraudadores. O associado conhecerá procedimentos a ser adotados no Atendimento no PAC; Terminal de Autoatendimento (ATM); Internet; Uso de cheques; Cartão de débito; Cartão magnético; e Prevenção à lavagem de dinheiro. Não perca tempo. Leia e se informe.

Requerimentos exigidos

Ainda visando a segurança de seus associados, a COOPSEF alerta que, em cumprimento às normas sobre sigilo bancário, os requerimentos de cooperados sobre suas operações financeiras

só serão respondidos mediante pedido formal e com a assinatura do interessado. Trata-se de um procedimento que será seguido rigorosamente, sustenta a direção da Cooperativa.

Você sabia que na sua cooperativa você tem atendimento personalizado, produtos com ótimas condições comerciais e participação nos resultados no final de cada exercício?

JORNAL DA COOPSEF



Remetente:
Coopsef - Av. Brasil, 1660 • Funcionários
30140-003 • Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3269.5700

Impresso Especial

CONT. Nº 9912211389
ECT/DR/MG
Coopsef

---CORREIOS---



**IMPRESSO FECHADO
PODE SER ABERTO PELA ECT**